

Editorial

Abrimos a segunda edição de 2018 da *Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos* fomentando discussões críticas e indispensáveis para o fortalecimento do Estado de Direito. Para isso, selecionamos nove artigos que desenvolvem temas vinculados ao nosso Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC e permitem a abertura de novos horizontes de investigação jurídica. A partir deste número apresentaremos também, ao final da edição, a tradução de um artigo estrangeiro.

Consoante com nossa proposta, apresentamos o primeiro artigo, na Língua Inglesa, que é a contribuição da professora Mara Valenti da Università degli Studi di Milano, Milão, Itália. O artigo dessa autora traz uma abordagem dos posicionamentos dos países latino-americanos no que se refere a regulações de investimentos internacionais, que, com as recentes práticas de negociação, se tornam bons exemplos do surgimento de uma nova geração de tratados de investimentos.

O segundo escrito fica a cargo de Bruno Galindo, da Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Também redigido em inglês, o artigo explora a justiça de transição no Brasil, por meio da análise jurídica do processo com base na relação entre o direito constitucional brasileiro e o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

No terceiro aporte, escrito por Fábio Corrêa Souza de Oliveira da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, encontramos uma análise crítica do juízo discricionário na sua conceituação e a operacionalidade na seara da doutrina administrativa brasileira.

Em seguida, apresentamos o trabalho de Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoni, do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), seu trabalho tem por pretensão analisar a Resolução n. 179/2017-CNMP que regulamentou, no âmbito do Ministério Público, a tomada de compromisso de ajustamento de conduta, cuja finalidade é apontar as possibilidades e os limites do ato do CNMP.

O quinto artigo é fruto de pesquisa de Marcos Ehrardt Junior, da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, e de Ricardo Schneider Rodri-

gues, do Centro Universitário Cesmac, Maceió. Nesse ensaio, os autores exploram questões relativas à cominação de multa pelos Tribunais de Contas e se está sujeita à prescrição.

A sexta contribuição é de Patricia Grazziotin Noschang e Adriana Fasolo Pilati Scheleder, ambas da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo – RS. O trabalho analisa o uso inadequado dos recursos hídricos em algumas regiões do planeta, com ênfase na falta de políticas públicas para garantir o acesso à água de qualidade para todos.

Já no trabalho seguinte, Gerardo Clésio Maia Arruda e Jânio Pereira da Cunha, ambos do Centro Universitário Christus, Campus Parque Ecológico de Fortaleza, realizam um estudo para demonstrar, por meio de abordagem histórica, os problemas de ordem jurídico-política que funcionam como barreiras para as ações do Estado que visam à igualdade social.

O oitavo artigo vem de Fabiola Wust Zibetti, Liton Lanes Pilau Sobrinho e Marcos Leite Garcia, todos da Universidade do Passo Fundo – RS, e trata do Sistema Multilateral de Comércio, discutindo quais normas e regulamentos técnicos domésticos não se transformem em barreiras comerciais. Os autores discutem o critério que é contemplado no TBT, no Acordo SPS e no GATS.

O último artigo desta edição traz as reflexões da professora Aline Beltrame de Moura, da Universidade Federal de Santa Catarina, que aborda a utilização do princípio da nacionalidade como critério de conexão para o conflito de leis acerca do estatuto pessoal do indivíduo no ordenamento jurídico brasileiro.

Finalizamos esta relação de estudos com a tradução do texto “Ideologia e Técnica em uma Definição Jurídica (a Definição Obertina de Feudo dos Glosadores a Cujas)”, de Paolo Grossi, Professor Emérito de História do Direito Medieval e Moderno na Università degli Studi di Firenze, Itália, e Presidente Emérito da Corte Constitucional da República Italiana. A tradução é de Marjorie Carvalho de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Esperamos que as pesquisas sob a forma de artigos trazidas neste número sirvam para fomentar o debate jurídico e enriquecer a pesquisa científica no direito.

Luiz Henrique Urquhart Cademartori

Editor-Chefe